

EFEITO DO RACISMO NA POLÍTICA EDUCACIONAL DAS RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS

THE EFFECT OF RACISM ON EDUCATIONAL POLICY REGARDING ETHNIC-
RACIAL RELATIONS

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 12/07/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/783826363](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/783826363)

Rosana Fátima de Arruda¹

Candida Soares da Costa²

RESUMO

Este artigo analisa as políticas educacionais de Educação das Relações Raciais, sob a perspectiva do ciclo de políticas públicas. O estudo investiga como o racismo estrutural e a lógica da branquitude influenciam as práticas pedagógicas e os processos de formulação, implementação e monitoramento da política educacional. A análise demonstra que a superação das desigualdades raciais demanda um processo democrático de ressignificação das políticas, envolvendo a formação continuada de educadores e a participação ativa da comunidade escolar e da sociedade civil na desconstrução dessas estruturas. O artigo está estruturado em três momentos: (i) a política educacional e a influência da branquitude nas relações de poder; (ii) a formação docente para o enfrentamento do racismo e da branquitude; e (iii) a participação social, como mecanismo de fortalecimento da política. Conclui-se que a desigualdade racial na educação é resultado de um sistema histórico estruturado, cuja superação requer a conjugação da teoria, política e prática.

Palavras-chave: política educacional; relações étnico-raciais; branquitude; ciclo de políticas; racismo estrutural.

ABSTRACT

This article analyzes educational policies on Education for Racial Relations from the perspective of the public policy cycle. The study investigates how structural racism and the logic of whiteness influence pedagogical practices as well as the formulation, implementation, and monitoring of educational policy. The analysis demonstrates that overcoming racial inequalities requires a democratic process of policy ressignification, involving the ongoing training of educators and the active participation of the school community and civil society in deconstructing these structures. The

article is structured in three parts: (i) educational policy and the influence of whiteness on power relations; (ii) teacher training to confront racism and whiteness; and (iii) social participation as a mechanism to strengthen the policy. It concludes that racial inequality in education results from a historically structured system, whose overcoming demands the integration of theory, policy, and practice.

Keywords: educational policy; ethnic-racial relations; whiteness; policy cycle; structural racism.

RESUMEN

Este artículo analiza la Política Nacional de Equidad, Educación para las Relaciones Étnico-Raciales y Educación Escolar Quilombola (PNEERQ), establecida por el Decreto n° 470/2024, desde la perspectiva del ciclo de políticas públicas y el Análisis del Discurso. El estudio investiga cómo el racismo estructural y la lógica de la blancura influyen en las prácticas pedagógicas y en los procesos de formulación, implementación y monitoreo de la política educativa. El análisis demuestra que la superación de las desigualdades raciales requiere un proceso democrático de resignificación de las políticas, que involucre la formación continua de docentes y la participación activa de la comunidad escolar y la sociedad civil en la desconstrucción de estas estructuras. El artículo se estructura en tres momentos: (i) la política educativa y la influencia de la blancura en las relaciones de poder; (ii) la formación docente para enfrentar el racismo y la blancura; y (iii) la participación social como mecanismo de fortalecimiento de la política. Concluye que la desigualdad racial en la educación es resultado de un sistema históricamente estructurado racialmente, cuya superación requiere la conjunción entre teoría, política y práctica.

Palabras-clave: política educativa; relaciones étnico-raciales; blancura; ciclo de políticas; racismo estructural.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo analisa como o racismo estrutural e a lógica da branquitude atuam nas práticas pedagógicas e no cotidiano escolar, a partir da abordagem do ciclo de políticas públicas. Parte-se da premissa de que o enfrentamento das desigualdades raciais na educação exige mais do que ações técnicas e normativas, demandando uma resignificação democrática das políticas educacionais, com ênfase na formação continuada dos profissionais e no engajamento da comunidade escolar e da sociedade civil.

Organizado em três eixos, o artigo discute a formulação das políticas de Educação para as Relações Étnico-Raciais, evidenciando a influência da branquitude nas dinâmicas de poder; analisa a formação docente como estratégia central para enfrentar essa lógica nas escolas; e destaca a participação social como essencial para o monitoramento e fortalecimento da política nacional. Assim, a política em debate é compreendida como um processo contínuo e complexo, fundamental para avançar na crítica ao racismo estrutural e na desconstrução das desigualdades educativas.

2. RELAÇÕES DE PODER, BRANQUITUDE E A PRODUÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL

As políticas educacionais são escolhas forjadas por disputas, interesses diversos, poder e persuasão, bem como pelo anseio de libertação ideológica, e envolvem a criação, a implementação e os resultados. Esse fenômeno abrange as dimensões temporais da política da gênese aos seus desdobramentos práticos. Olhar a

política como estadocêntrica (Ball, 2011), sob a perspectiva do controle estatal ou da neutralidade, limita a análise e desconsidera todo o processo de participação de diferentes atores.

A abordagem do ciclo de políticas analisa três contextos: a influência das forças internas e externas na definição da agenda política e do texto normativo; a produção do texto legislativo; e a prática: os atores reinterpretam e reinventam as políticas conforme suas subjetividades. Assim, as políticas transcendem a transmissão normativa, circulando e se transformando nesses diferentes contextos.

O ciclo de políticas oferece um quadro analítico para examinar como as demandas sociais se materializam por meio de embates e contradições, gerando consensos institucionais que frequentemente tensionam o texto normativo e a prática pedagógica. Nesse contexto, Ball (2011) compara a atuação educacional a uma apresentação teatral: atores, guiados por suas subjetividades, reinterpretam políticas, influenciam o currículo e práticas escolares. Assim, o sucesso das políticas depende não apenas da formulação normativa, mas principalmente das interpretações, mediações e traduções realizadas pelos agentes nas instituições, o que pode tanto desafiar quanto perpetuar desigualdades, reforçando a importância de posturas críticas para promover uma educação democrática e inclusiva.

As políticas educacionais refletem disputas de poder que podem tanto reforçar quanto desafiar desigualdades raciais. Conforme Ball (2021, p. 35), “as escolas podem apenas formalizar respostas às políticas para auditoria, sem promover mudanças efetivas.” Por isso,

é fundamental considerar a realidade local e adotar posturas críticas para tornar a educação democrática e inclusiva.

O sistema educacional é predominantemente eurocêntrico e favorece a branquitude, dificultando o acesso de atores negros à informação, à formação administrativa e pedagógica. Embora o discurso oficial defenda um currículo multicultural e antirracista, o racismo é um fenômeno estrutural, presente nas bases da sociedade. Essa estrutura desigual priva a comunidade escolar negra do direito a uma educação justa, igualitária e equitativa.

A perpetuação do racismo estrutural na educação, que exclui sistematicamente a comunidade escolar negra do acesso a uma educação equitativa, é destacada por Bento (2022), ao citar Charles W. Mills, que evidencia a omissão da resistência negra e indígena nas narrativas oficiais, apontando para uma dinâmica de memória e amnésia coletiva moldada por interesses que influenciam o que as sociedades escolhem lembrar ou esquecer. Essa ignorância moral, incorpora falsas crenças sobre certo e errado, sustenta o currículo eurocêntrico que marginaliza o protagonismo negro, reforçando desigualdades estruturais e dificultando a construção de uma educação inclusiva e crítica. Essa exclusão reforça desigualdades estruturais, dificultando a construção de uma educação inclusiva e crítica, capaz de reconhecer e valorizar a diversidade cultural e histórica. Portanto, é fundamental revisitar e ampliar essas narrativas para promover a justiça social e o combate efetivo ao racismo institucionalizado.

Para enfrentar essas contradições, torna-se fundamental que as políticas educacionais não se limitem a adotar discursos inclusivos, mas sim promovam mudanças estruturais que questionem o

padrão hegemônico do sistema e promovam a democratização dos saberes, garantindo a centralidade das vozes racializadas e a desconstrução do racismo estrutural.

O compromisso com o currículo multicultural nas políticas educacionais demanda uma análise crítica das relações de poder que o permeiam. Paulo Freire (1978) alerta para os riscos de uma abordagem que celebra apenas superficialmente a diversidade e defende uma pedagogia libertadora centrada na conscientização crítica e transformação social. Nesse sentido, destaca-se a importância de confrontar os discursos dominantes, as desigualdades estruturais, evitando reducionismos que despolitizam a diversidade cultural.

Bento (2022) caracterizou a branquitude como um elemento estruturante que mantém privilégios simbólicos e materiais independentemente da classe social, externalizando os problemas do colonialismo como exclusividade da população negra. Essa supremacia branca assegura benefícios a um grupo enquanto impõe condições precárias a outro. Ao associar essa perspectiva à teoria do ciclo de políticas públicas, destaca-se a predominância de atores brancos na definição das diretrizes educacionais e a naturalização da experiência branca como padrão universal; evidencia-se que as políticas educacionais são espaços dinâmicos de poder, capazes de perpetuar hierarquias ou promover transformações sociais. Essa compreensão salienta a necessidade urgente de uma análise crítica que desnaturalize a branquitude como estrutura dominante e fomente práticas educativas que enfrentem efetivamente as desigualdades raciais.

A sub-representação de negros nas decisões políticas educacionais reduz suas demandas à subalternidade, enquanto o pacto da branquitude valoriza o conhecimento eurocêntrico e invisibiliza as lutas contra a hegemonia racial. Apesar dos discursos oficiais sobre igualdade, as políticas normativas evitam a análise crítica dos mecanismos estruturais da exclusão. Assim, as ações pontuais não transformam a complexa realidade histórica e social que sustenta as desigualdades raciais.

A morosidade na institucionalização dos mecanismos de monitoramento e avaliação, evidenciada pela criação tardia da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) em 2024, expõe a falta de prioridade estatal em transformar normas em práticas efetivas de equidade racial. Instituída para fortalecer a implementação da Lei nº 10.639/03, a PNEERQ mobiliza recursos e oferece programas de formação continuada, mas sua efetivação depende da transição do texto à prática. Para que as diretrizes estatais — incluindo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a Lei nº 10.639/03, a Resolução CNE/CP nº 01/2004 e a PNEERQ — sejam eficazes, é fundamental que se adequem às realidades das redes de ensino por meio de definições metodológicas e didáticas específicas. Esse processo demanda constante repactuação e (re)alinhamento entre os diversos agentes envolvidos, garantindo o controle, acompanhamento e avaliação necessários para a promoção efetiva da justiça e equidade racial no sistema educacional brasileiro

Compreender a política apenas como normas jurídicas que atendem a demandas sociais contra a desigualdade racial é insuficiente. Sem reconhecer sua dimensão transformadora das

relações racializadas, não há compromisso institucional real. A mudança efetiva requer enfrentar e romper os mecanismos estruturais que perpetuam a desigualdade, além da formalidade legal.

Como ensina Paulo Freire (1978, p.17): “É exatamente a capacidade de atuar, operar, de transformar a realidade de acordo com as finalidades propostas pelo homem, à qual está associada sua capacidade de refletir, que o faz um ser da práxis”. Sob essa ótica, a implementação de um texto advindo de uma política educacional se materializa e se ressignifica na articulação entre teoria e prática. Trata-se da ação dos agentes que absorvem a base filosófica e convertem em currículo, articulando as escolhas de conteúdos às definições de posturas e atitudes que irão orientar a prática pedagógica. A interpretação das políticas pelos profissionais da educação pode reproduzir ou desafiar a lógica da branquitude, dependendo do compromisso com a equidade racial e da formação crítica desses agentes.

Ao refletir sobre políticas educacionais, ciclo de políticas e branquitude, é importante destacar que a efetividade de políticas de equidade racial depende não apenas da formulação normativa, mas também das condições concretas para sua efetivação e dos agentes envolvidos nesse processo. Manter os privilégios, relações hierarquizadas, excluindo as populações negra e indígenas, é resistência da branquitude que emperra a mudança estrutural no ambiente educacional.

2.1. A Formação Docente para o Enfrentamento do Racismo e da Branquitude

As Leis nº 10.639/03 e 11.645/2008, resultado de mobilizações históricas negras, visam democratizar o currículo escolar por meio da incorporação da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, construídas dialogicamente com o Estado. A Lei nº 10.639/03 representa um marco no rompimento do silêncio sobre essas narrativas, promovendo uma educação inclusiva e justa. Sua efetivação depende de condições políticas, sociais e físicas de formação docente adequadas, cuja insuficiência pode distanciar a norma da prática escolar (Gomes, 2011).

Nesse sentido, a Resolução CNE/CP nº 01/2004 define responsabilidades institucionais que exigem planejamento pedagógico integrado e ambientes escolares estruturados, livres de discriminação. A formação continuada, independentemente da cor e etnia do docente, é fundamental para a apropriação crítica e a implementação efetiva da lei, enquanto instrumento central para a promoção da igualdade racial.

No entanto, a reduzida representatividade e protagonismo de professores e estudantes negros nos processos formativos evidenciam barreiras históricas que dificultam o reconhecimento e a valorização das contribuições da população negra. Esse cenário reforça a necessidade urgente de superar obstáculos para que a educação pública avance efetivamente rumo a práticas pedagógicas inclusivas e antirracistas, cumprindo assim o compromisso expresso na Resolução e na legislação correlata.

Segundo Gomes (2011) e Costa et al. (2021), ao discutir a implementação da Lei nº 10.639/03, destacam a necessidade de considerar as condições reais (políticas, sociais, físicas e de formação de professores) que impactam as práticas educativas em relações

étnico-raciais. As condições de trabalho podem ocasionar distanciamento entre o previsto no dispositivo normativo e a materialização como prática pedagógica. Ressalta a necessidade de articulação coordenada entre políticas públicas, instituições formadoras e comunidades escolares para enfrentar desigualdades estruturais, destacando a valorização dos saberes e do protagonismo negro como elementos essenciais na transformação de práticas pedagógicas.

Nesse contexto, Arruda, Santana e Magalhães (2023) enfatizam que a formação docente deve incorporar a diversidade étnico-racial, reconhecendo o professor como sujeito histórico e cultural fundamental para a efetiva transformação pedagógica. Entretanto, segundo Galian (2014), os agentes escolares, ao legitimar suas crenças políticas e filosóficas, produzem ambiguidades e contradições nas propostas curriculares. Essas tensões revelam uma sobreposição ambígua de orientações que, na prática educacional, resultam em discursos dinâmicos e frequentemente contraditórios. Dessa forma, embora as propostas curriculares possuam fundamentos teóricos sólidos, sua implementação está sujeita a múltiplas interpretações, podendo tanto promover pautas antirracistas quanto reproduzir contradições, o que evidencia a complexidade inerente à construção e legitimação do currículo.

Nesse contexto, os entes federados têm a responsabilidade pela implementação do ensino da História e da cultura afro-brasileira e africana, destacando a formação inicial e continuada dos profissionais da educação como estratégia fundamental para enfrentar a lógica da branquitude. Essa formação deve oferecer ferramentas teóricas e metodológicas multiculturais e decoloniais,

alinhadas a uma pedagogia antirracista capaz de superar o currículo eurocêntrico.

Na perspectiva de Paulo Freire (1978), o currículo eurocêntrico constitui-se na reprodução da ideologia colonialista, historicamente legada pelo colonialismo, e perpetua a ideia de inferioridade, a negação e a anulação da identidade da população negra. Para o autor, a educação assume caráter positivo quando se converte em um instrumento de independência, de emancipação, de rejeição e superação do colonialismo, promovendo a decolonização das mentes.

Freire defende que a transformação da estrutura ideológica do sistema educacional exige uma formação profissional crítica, fundamentada em processos de reflexão e conscientização sobre a ideologia dominante. Nessa perspectiva, a formação é compreendida como um ato político, por meio do qual o indivíduo desenvolve consciência de sua condição e do contexto que o cerca, ampliando a capacidade de refletir sobre sua própria práxis. Dessa forma, é possível o engajamento ético e político comprometido consigo mesmo e com a realidade social, combatendo as injustiças reproduzidas por essa estrutura.

Abre-se aqui um parêntese para Mbembe (2014), que teoricamente propõe a descolonização como processo de recuperação dos saberes endógenos e do desenvolvimento de um pensamento crítico pós-colonial, capaz de desafiar narrativas hegemônicas e afirmar a cidadania plena da população negra. Nesse sentido, Bento (2022) destaca que o combate ao racismo demanda a discussão dos privilégios historicamente atrelados à branquitude, especialmente entre indivíduos brancos, condição essencial para transformar

discursos antirracistas em práticas efetivas e engajadas. Assim, a descolonização do currículo e a formação crítica dos educadores exigem estratégias centrais para promover uma educação antirracista e transformadora.

De acordo com Bento (2022), o combate ao racismo exige discussões sobre a centralidade dos privilégios historicamente produzidos e adquiridos pela branquitude. Para a autora, essa discussão também assume caráter pedagógico e precisa ser questionada, em especial pelos indivíduos brancos no enfrentamento às estruturas hierárquicas, como expressão de posição ativa contra a dominação racial e de privilégios. Como ressalta Bento: “Esse é um ponto importante a ser debatido para entender e distinguir quando e como um discurso contra o racismo pode se transformar verdadeiramente numa prática antirracista” (p.65).

Questionar as relações de poder no currículo implica problematizar o currículo clássico, que reforça privilégios e hierarquias baseadas na ideia de raça, e requer competências para analisar o ciclo das políticas educacionais e articular a história de vida à realidade profissional. Tal abordagem possibilita recuperar a memória histórica e confrontar representações negativas da população negra, como a de inferioridade, abrindo espaço para reconhecer ancestralidade, lutas, resistências e contribuições.

As políticas públicas baseadas em princípios que buscam justiça social têm impulsionado ações afirmativas de reconhecimento e valorização da cultura afro-brasileira, assim como a garantia de programas que buscam melhorar as condições sociais e econômicas da população negra, uma combinação que exige ação articulada do Estado, por meio de leis, programas e ações institucionais que

garantem e aplicam esforços na seguridade da igualdade e equidade.

Nilma Lino Gomes (2007), no livro *Indagações sobre currículo: diversidade e currículo*, problematiza a expressão diversidade nos discursos políticos curriculares. Não se trata meramente de incluir a expressão diversidade no currículo; é (re)educar as relações sociais, é ressignificar o olhar para os indivíduos negros. Trata-se de exercitar as propositivas democráticas das políticas educacionais de inclusão. Ela afirma que é preciso disposição e compromisso para “refletir sobre a estrutura rígida que ainda impera nas escolas, a sua organização temporal, sobre o fenômeno da repetência, a exclusão sistemática, a discriminação com relação às variações linguísticas, raciais, étnicas etc. (2007, p. 35)”.

Para Lopes e Macedo (2011), toda prática curricular intersecciona as relações culturais e sociais e interage com os envolvidos num processo educativo. Todavia, há de se considerar que a existência do modelo de reprodução de ideologia e hegemonia de poder, tende a absorver o processo educativo inferindo as relações escolares à lógica e ao interesse do grupo dominante.

Assim, o currículo é uma prática discursiva que expressa poder e sentidos. Desvela as amarras das relações de dominação e silenciamento, redefine a formação docente e a prática pedagógica. O currículo crítico configura-se como um processo social marcado pelas desigualdades de classe e de poder, cuja superação requer o questionamento das políticas educacionais e dos processos curriculares étnico-raciais enquanto instrumentos políticos de combate ao racismo e de construção de uma pedagogia antirracista.

O rompimento com a hegemonia de poder e ideologia da branquitude do cotidiano escolar perpassa pelo viés de desestabilizar, questionar o currículo eurocêntrico, analisar os propósitos das políticas educacionais, os processos curriculares de inclusão e exclusão da temática em EREER com as finalidades de posicionar a EREER não somente como conteúdo, mas como instrumento político de combate ao racismo e de construção de uma pedagogia antirracista.

3. PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CONTROLE DEMOCRÁTICO DA POLÍTICA EDUCACIONAL CURRICULAR

O protagonismo do movimento negro e da sociedade civil no enfrentamento ao racismo democrático é uma dimensão demarcatória e fundamental para aproximar as políticas educacionais à realidade escolar, ajustando-as ao fortalecimento de práticas antirracistas.

O exercício da cidadania envolve, além do respeito, empatia, alteridade, a capacidade de reconhecer a diversidade, pela qual a dinâmica das relações étnico-raciais é demarcada pela branquitude ao estratificar o indivíduo pelo fenótipo.

A participação da comunidade escolar, do movimento negro nas políticas curriculares constitui-se como práxis de insurgência política operando como processo de confrontação de discursos eurocêntricos. É imperativo não improvisar, exige preparo intelectual na temática das relações étnico-raciais. O desobedecer à epistemologia eurocêntrica, o desafiar os privilégios da branquitude desestabilizam a normatização e consolidam as contribuições afro-

brasileiras como realidade para a construção de uma educação justa, democrática e igualitária.

A participação social exige formação crítica integral, política e humana, capaz de transformar as estruturas sociais. A participação é um ato político que desvela e materializa a dialética da práxis em relação às políticas educacionais, rompendo com a suposta neutralidade. Esse processo democrático interpela pelo reconhecimento das singularidades étnico-raciais dos diferentes povos, suas culturas e o valor do saber de cada um.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Uma análise das políticas educacionais à luz da abordagem do ciclo de políticas e do conceito de branquitude evidencia que o silenciamento das contribuições da população negra no ensino não é uma deficiência acidental, mas o resultado de um sistema historicamente estruturado, mantenedor do conhecimento eurocêntrico. Para que as políticas educacionais, com viés à superação das disparidades raciais, promovam mudanças reais, é imprescindível romper com a lógica da branquitude em todos os contextos da política (contexto da influência, contexto da produção de textos e do contexto da prática), com o objetivo de diminuir a distância que se observa, entre a prescrição normativa e a prática cotidiana.

Dentre as ações necessárias destaco, a revisão curricular profunda, formação docente em EREER, além da representação da população negra em espaços privilegiados e o incentivo à participação ativa da comunidade no monitoramento das políticas. Somente com o compromisso coletivo de dismantelar os privilégios racialmente

estruturados, possíveis, será construída uma educação democrática e equitativa com qualidade, que respeite a pluralidade. A participação democrática, coletiva provoca tensionamento, problematização, avaliação da política e, dentro do possível, força a reestruturação do currículo postulando o combate aos privilégios e a valorização da diversidade racial.

As normativas não são neutras, mas norteadoras na elaboração e significação do currículo escolar, um instrumento de emancipação. Um mecanismo que aplicado à prática, confronta o racismo, os privilégios com o compromisso da superação das assimetrias educacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. 14. ed. São Paulo: Pólen, 2019.

ARRUDA, Rosana Fátima de. Et ali. **20 anos da Lei nº 10.639/03 e 15 anos da Lei nº 11.645/08: avanços, conquistas e desafios**. In. Relações raciais na escola e suas múltiplas facetas. Rosana Fátima de Arruda Malsete Arestides Santana Nilvaci Leite Moreira de Magalhães./Organizadores: Manuel Alves de Sousa Junior, Tauã Lima Verdan Rangel. – Itapiranga: Schreiber, 2023.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (org.). **Pesquisa em políticas educacionais: debates contemporâneos** / Stephen J. Ball, Jefferson Mainardes, (orgs.). – São Paulo : Cortez, 2024.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (org.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Benedita da Silva – **Uma mulher negra no poder**. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin; NASCIMENTO, Abdias do (orgs.). Abdias Nascimento: artista e cidadão. São Paulo: Perspectiva, 2002.

Cordeiro, Ana Luisa Alves; Costa, Cândida Soares da; Santos, Sérgio Pereira dos. ‘Não Ando só’: Afirmação na pós-graduação, negritudes e os potenciais intelectuais que o racismo desperdiça. *Revista UFG*, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/69197>

FREIRE, Paulo. **Cartas à guiné-Bissau:** registros de uma experiência em Processo. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 173p. ilustr. (O Mundo, hoje, v. 22)

GALIAN, Claudia Valentina Assumpção. **Tensões e contradições nas propostas curriculares:** análises da BNCC e dos PCNs sob a perspectiva da prática escolar. *Educação & Sociedade*, v. 35, n. 130, p. 653-670, 2014.

GOMES, Nilma L. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil:** uma breve discussão. *Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*, v. 1, n. 3, p. 39-62, 2005

GOMES, Nilma L. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira:** desafios, políticas e práticas. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 27, n. 1, 2011.

GOMES, Nilma Lino. **Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação:** lutas, conquistas e desafios. *Cadernos de Pesquisa*, 2021. Disponível em:

<https://doaj.org/article/9f4368c243d743b0878272e64d0cf34f>. Acesso em: 10 jun. 2025.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento Negro Educador, saberes emancipatórios e a construção de um projeto democrático.** Revista Linguagem em Foco, v.16, n.4, 2024. p. 12-33. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/15207>.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias do Currículo.** Editora Cortez: São Paulo, 2011

MBEMBE, Achille, 2014. **Abertura do mundo e ascensão em humanidade** In: Sair da Grande noite: ensaio sobre a África descolonizada. Tradução: Narrativa Traçada. Edições pedagogo e Edições Mulemba, coleção Reler África. 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹ Doutoranda, UFMT, Cuiabá, Mato Grosso. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Doutora. Professora do PPGE/IE/UFMT. Cuiabá, Mato Grosso. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)